

SUMÁRIO

Art. 1º

▶ Conceito de Saúde.....	63
▶ Saúde. Abrangência.....	63
◆ Promoção da Saúde.....	63
▶ Saúde na Constituição Federal. Fundamentalidade formal.....	64
▶ Direito à saúde. Fundamentalidade Material.....	64
▣ Direito à saúde como direito social.....	65
▶ Multifuncionalidade dos direitos sociais.....	67
▶ Multifuncionalidade do direito à saúde.....	68
▶ Plano de Saúde na Constituição Federal.....	69
▶ Fundamentalidade do direito à saúde e os Planos de Saúde.....	69
◆ Atuação complementar ao SUS.....	70
◆ Vedações no ramo da saúde suplementar.....	70
▶ Principal antecedente normativo dos Planos de Saúde.....	70
▶ Regulamentação dos planos de saúde pós CF/88. Ausência normativa.....	71
▶ Plano de Saúde e CDC.....	71
▶ Publicação da Lei nº 9.656/98 e Medidas Provisórias.....	71
◆ Alteração da redação do art. 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 9.656/98. Aplicabilidade simultânea do CDC.....	71
▣ Plano de saúde. Competência legislativa. União. Inconstitucionalidade de Lei Estadual.....	71
▶ Conceito de Plano de Saúde.....	73
▶ Abrangência dos planos de saúde.....	73
▶ Seguradoras especializadas em seguro saúde.....	73
▶ Contrato de Plano de Saúde e Contrato de Seguro. Semelhanças.....	73
▣ Contrato de seguro saúde. Natureza diversa do contrato de plano de saúde. Legitimidade da cláusula de reembolso.....	74
▶ Contrato de Plano de Saúde. Questionamento quanto à sua natureza aleatória.....	75

▶ Contrato de Plano de Saúde. Contrato de Adesão	75
▶ Contrato de Plano de Saúde. Contrato cativo de longa duração	75
▶ Conceito de contrato cativo de longa duração	76
▶ Catividade ou dependência do consumidor	76
▶ Estipulação de preços. Custos operacionais	77
▶ Fundo comum. Definição	77
▶ Rede Credenciada	77
▶ Rede Contratada	78
▶ Rede Referenciada	78
■ Plano de Saúde. Prestação de serviço sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	78
◆ Definição de Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	80
▶ Identidade entre as modalidades de operadoras de planos de saúde	81
▶ Administração do fundo comum. Responsabilidade da operadora	81
▶ Modalidades de Operadoras de Planos de Saúde	81
◆ Administradora de benefícios	81
▶ Natureza de Intermediária das Administradoras	82
■ Administradora não responde solidariamente com a operadora de plano de saúde, pois lhe é vedado atuar como representante, mandatária ou prestadora de serviço desta	82
■ Administradora responde solidariamente com a operadora de plano de saúde em caso de falha na prestação dos serviços	83
■ Responsabilidade solidária da administradora com a operadora de plano de saúde. Teoria da aparência	84
■ Administradora responde solidariamente com a operadora de plano de saúde em caso de indevida rescisão do contrato	86
▶ Cooperativas médica e odontológica	87
◆ Vedação ao regime de exclusividade do profissional cooperado	87
▶ Vedação do contrato de exclusividade	87
▶ Entidades de autogestão	87
■ Peculiaridades das entidades de autogestão que as diferenciam das outras operadoras de planos de saúde	88
■ Entidades de autogestão. Inaplicabilidade do CDC	90
◆ Entidades de autogestão. Acompanhamento econômico-financeiro	90

■ Plano de saúde de autogestão. Ausência de direito adquirido quanto ao regime de custeio	91
▶ Medicina ou odontologia em grupo	91
▶ Medicina ou odontologia em grupo. Conceito doutrinário.....	92
◆ Filantropia.....	92
◆ Seguradora especializada em saúde	92
▶ Exclusão das Pessoas Jurídicas de Direito Público	92
■ Pessoas Jurídicas de Direito Público. Aplicabilidade da Lei dos Planos de Saúde	93
▶ Conceito. Carteira de plano de saúde.....	93
◆ Alienação de carteira.....	93
▶ Agência Nacional de Saúde Suplementar.....	94
▶ Competências da Agência Nacional de Saúde Suplementar.....	95
◆ “Cartões de Desconto”. Vedação.....	95
◆ “Cartões de Desconto”. Necessidade de prévia regulamentação pela ANS	96
▶ Cooperativas e Planos de Saúde.....	97
▶ Entidades de Autogestão.....	97
▶ Operadoras de plano de saúde. Pessoas jurídicas brasileiras	97

Arts. 2º ao 7º

◆ Revogada a dicotomia entre “planos de saúde” e “seguros saúde”	98
▶ CNSP. SUSEP. Câmara de Saúde Suplementar	98

Art. 8º

Art. 9º

◆ Autorização de funcionamento	100
◆ Autorização definitiva de funcionamento. Empresas atuantes quando da edição da Lei nº 9.656/98.....	101
▶ Registro provisório. Documentos necessários.....	101

Art. 10

▶ Extensão e limites da cobertura contratual nos planos antigos.....	101
■ Constitucionalidade do art. 10.....	102

▶ Plano de Referência.....	103
▶ Rol de doenças da CID/OMS. Cobertura obrigatória pelos planos de saúde....	103
▶ Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID/OMS).....	104
▣ Tratamentos e Procedimentos realizados exclusivamente no Brasil.....	105
▶ Plano de Referência e Planos Segmentados.....	105
▣ AIDS. Exclusão de cobertura. Abusividade.....	106
▣ Doenças infectocontagiosas. Abusividade da cláusula contratual que exclua a sua cobertura.....	106
◆ Cirurgia Refrativa. Miopia e Hipermetropia.....	107
▶ Cobertura da Cirurgia Refrativa.....	108
▣ Cirurgia refrativa para correção exclusiva de astigmatismo.....	109
▣ Cirurgia refrativa para correção exclusiva de astigmatismo.....	110
▣ Esclerose múltipla. Cobertura de medicamento devida.....	111
▣ Esclerose múltipla. Cobertura de home care.....	113
▣ Insuficiência renal. Sessões de hemodiálise. Cobertura obrigatória.....	113
◆ Acidentes e doenças do trabalho. Cobertura obrigatória.....	114
▶ Produtos e serviços de cobertura não obrigatória.....	115
◆ Regulamentação da cobertura mínima obrigatória nos planos de saúde.....	115
▣ Rol de procedimentos e eventos em saúde. Natureza exemplificativa.....	115
▣ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS não é meramente exemplificativo. Mudança de entendimento (<i>Overruling</i>).....	118
▣ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS. Exceção à regra da taxatividade.....	120
▣ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS. Exemplificativo ou exaustivo? Divergência jurisprudencial.....	120
◆ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS. Taxativo.....	121
▣ Rol de Procedimentos. STJ. Natureza taxativa mitigada.....	121
▣ Rol de Procedimentos. Natureza não absoluta.....	122
▣ Oxigenação por membrana corpórea (ECMO).....	122
◆ Rol de Procedimentos. Exames e tratamentos não previstos no rol.....	123
▣ Exames e tratamentos não previstos no rol. Exigibilidade.....	123
◆ Processo de atualização periódica do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.....	124

▣ Rol de Procedimentos. ANS	124
◆ Cobertura obrigatória de exame. Infecção pelo Coronavírus:	124
▶ Exame para detecção de Coronavírus (Covid-19).....	126
▣ Dúvida sobre a cobertura contratual frente ao rol de procedimentos	126
▣ Divergência técnico-assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto pelo plano de saúde	126
▣ Instituição de junta médica. Legitimidade do ato praticado pela operadora ..	126
◆ Hipóteses em que é vedada a formação da junta médica ou odontológica	127
◆ Prazo para decisão da junta médica ou odontológica.....	127
◆ Definição de tratamento experimental.....	127
▶ Inexistência de registro/regularização no país. Necessidade de ponderação	128
▣ Fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA.....	129
▣ Fornecimento de medicamento antes do seu registro na ANVISA. Questão constitucional	130
◆ Tratamento clínico ou cirúrgico definido como experimental pelo CFM ou pelo CFO.....	130
▶ Observação – Consentimento na relação médico-paciente.....	130
▶ Ausência de indicação de determinado tratamento na bula/manual do medicamento registrada na ANVISA.....	131
◆ Hipóteses de cobertura obrigatória mesmo quando ausente a indicação na bula do medicamento	132
◆ Prescrições <i>on label</i> , <i>off label</i> e <i>silent label</i> . Conceitos.....	133
▶ Autorização de Introdução no Mercado (AIM)	133
▶ Riscos da prescrição <i>off label</i>	134
▶ Benefícios dos medicamentos <i>off label</i>	135
▣ STJ. Planos de saúde devem pagar pelo uso <i>off label</i> de medicamento registrado na Anvisa.....	135
◆ Uso <i>off label</i> de medicamento registrado na Anvisa. ANS	137
▣ Doença Oftalmológica Ceratocone. Cirurgia do Anel de Ferrara. Procedimento não experimental	138
▣ STJ. Fisioterapia pelos métodos Pediasuit e TheraSuit. Caráter experimental. Cobertura indevida	138
◆ Produtos de terapias avançadas.....	140

◆ Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 505, de 27 de maio de 2021:.....	141
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Hidroxicloroquina.....	143
▣ Tratamento experimental. Questão de natureza técnica. Necessidade de dilatação probatória.....	144
◆ Definição de procedimento estético.....	145
▶ Abrangência dos procedimentos estéticos.....	145
▣ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora de mamoplastia, com colocação de próteses de silicone. Cobertura devida.....	146
▣ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Cobertura devida.....	146
▣ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Recurso repetitivo.....	147
▣ Cirurgia de abdominoplastia (dermolipectomia) não estética. Cobertura devida.....	148
▣ Mamoplastia redutora. Patologias associadas à hipertrofia mamária. Ilegalidade da negativa de cobertura.....	148
▣ Mamoplastia reparadora bilateral. Hipertrofia mamária. Alterações na coluna vertebral. Ausência de natureza estética.....	148
▣ Cirurgia reparadora de reconstrução de mama decorrente de deformidade congênita do tórax. Dever de cobertura. Cirurgia plástica reparadora e não estética.....	149
◆ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama.....	149
▣ Cirurgia para correção de dermatocalaze bilateral. Procedimento estético. Exclusão de cobertura.....	150
◆ Procedimento cirúrgico de troca das próteses mamárias. Rotura da prótese e extravasamento do silicone. Procedimento reparador e não estético.....	150
▶ Transexualidade. Cirurgia de Transgenitalização. Cobertura obrigatória.....	151
▶ Transexualidade. Definição.....	151
◆ Transexualidade. Procedimentos cirúrgicos de mudança de sexo.....	152
◆ Processo Transexualizador. Diretrizes de assistência à saúde.....	152
◆ Processo Transexualizador. Requisitos para a cirurgia de transgenitalização.....	153
▣ Cirurgia de Transgenitalização. Natureza não estética. Cobertura obrigatória pelo plano de saúde.....	153
▶ Transexualidade. Tratamentos ligados ao processo transexualizador. Cobertura obrigatória. Não estético.....	155
◆ Definição de inseminação artificial.....	156

▶ Justificativa para exclusão da inseminação artificial.....	157
▶ Crítica à exclusão da cobertura de inseminação artificial.....	157
▶ Inseminação artificial. Abrangência da hipótese legal de exclusão de cobertura.....	160
▶ Inseminação artificial. Reprodução assistida. Sinônimas.....	160
▶ Técnicas de reprodução assistida. Espécies. Inseminação artificial e Fertilização <i>in vitro</i>	161
■ Fertilização <i>in vitro</i> . Inseminação artificial. Expressões sinônimas. Possibilidade de exclusão de cobertura.....	161
■ Fertilização <i>in vitro</i> . Exclusão de cobertura. Espécie distinta da inseminação artificial.....	162
■ Fertilização <i>in vitro</i> . Técnica de fecundação distinta da inseminação artificial. Ausência de obrigatoriedade de cobertura.....	163
■ Exclusão de cobertura das técnicas de reprodução assistida.....	163
■ Exclusão de cobertura da fertilização <i>in vitro</i> . STJ. Recurso Repetitivo.....	163
■ Câncer. Prognóstico de falência ovariana. Criopreservação dos óvulos. Obrigação de cobertura durante o tratamento quimioterápico.....	164
■ Câncer de mama. Quimioterapia, Criopreservação dos óvulos. Princípio do “ <i>primum, non nocere</i> ”. Cobertura devida.....	165
■ Infertilidade coexistente à endometriose. Fertilização <i>in vitro</i> . Cobertura não obrigatória.....	165
▶ Planejamento familiar.....	166
◆ Definição de tratamento de rejuvenescimento e/ou de emagrecimento para fins estéticos.....	166
▶ Tratamento de rejuvenescimento e/ou de emagrecimento para fins estéticos. Justificativa para exclusão de cobertura.....	166
▶ Obesidade.....	166
■ Cirurgia bariátrica. Negativa de cobertura. Abusividade.....	166
■ Cirurgia bariátrica. Negativa de cobertura. Configuração de dano moral.....	167
■ Obesidade mórbida. Internação em clínica médica especializada. Ausência de finalidade estética e rejuvenescedora. Cobertura devida.....	168
■ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Recurso repetitivo.....	169
◆ Definição de medicamentos importados não nacionalizados.....	170
■ Planos não são obrigados a fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.....	170

■ Medicamento importado sem registro perante a ANVISA. Inexistência do dever de cobertura pelo plano de saúde.....	170
■ Medicamento importado sem registro perante a ANVISA. Autorização para importação do medicamento. Cobertura obrigatória.....	171
▶ Medicamentos importados e ausência de similar. Excepcionalidade.....	172
■ Medicamento importado. Tratamento de doença ultrarrara. Excepcionalidade	173
■ Medicamento importado. Obtenção de registro perante a Anvisa. Obrigatoriedade de cobertura após registro.....	173
◆ Definição de medicamentos para tratamento domiciliar	174
◆ Hipóteses de cobertura obrigatória de fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar	175
▶ Medicamentos para uso exclusivo no ambiente domiciliar.....	176
■ Medicação intravenosa ou injetável. Supervisão de profissional da saúde, Cobertura devida.....	177
■ Fornecimento de medicamento. Hormônio do crescimento. Uso domiciliar. Exclusão cobertura.....	177
■ Medicamento para uso domiciliar. Cobertura não obrigatória pela operadora. Política pública de assistência farmacêutica	178
■ STJ. Equipamento de monitoramento de glicose. Tratamento domiciliar. Exclusão de cobertura.....	179
▶ Medicamentos e internação <i>home care</i>	179
◆ Contrato acessório de medicação.....	180
▶ <i>Home care</i>	180
◆ Internação <i>home care</i> . Conceito. ANS.....	180
◆ Internação <i>home care</i> . Regulamentação.....	180
◆ Regulamento Técnico para o funcionamento de Serviços de Atenção Domiciliar. Definições	181
▶ Hipótese de cobertura obrigatória da internação <i>home care</i>	181
■ Internação <i>home care</i> e STJ.....	182
■ Amplitude da cobertura de internação <i>home care</i>	183
■ Internação <i>home care</i> . Desnecessidade. Assistência prestada por familiares ou por cuidador	184
■ Internação <i>home care</i> não se confunde com internação geriátrica.....	184
■ Internação domiciliar ou Assistência domiciliar. Beneficiário portador de Mal de Parkinson.....	185

■ Internação domiciliar ou Assistência domiciliar. Beneficiário portador de Doença de Alzheimer. Análise do caso concreto.....	185
▶ Ortotanásia. Internação <i>home care</i>	186
▶ Ortotanásia, eutanásia, suicídio assistido e distanásia. Diferenciação conceitual.....	187
■ Assistência profissional domiciliar. Realização de Curativos. Impossibilidade de deslocamento. Cobertura devida.....	187
■ Ilegalidade da cobrança de percentual de coparticipação em internação <i>home care</i>	188
◆ Definição de próteses e órteses	188
▶ Cobertura obrigatória de próteses e órteses	189
■ Prótese de quadril. Vinculada a ato cirúrgico. Cobertura devida.....	189
■ Prótese auditiva. Dispositivo médico não implantável. Legítima exclusão de cobertura.....	189
◆ Prescrição de próteses e órteses pelo médico	189
■ Exigências para cobertura de próteses e órteses.....	191
■ Cobertura de próteses e órteses. Impossibilidade de exigência de marca específica	191
■ Cobertura de prótese ou órtese importada. Existência de similar nacional. Negativa de cobertura válida	192
▶ Cobertura não obrigatória de próteses e órteses	192
▶ Fornecimento do “stent” e a cirurgia de angioplastia.....	192
■ Fornecimento de órtese substitutiva de procedimento cirúrgico. Órtese craniana. Cobertura devida.....	194
■ Prótese ortopédica. Não vinculação a ato cirúrgico. Exclusão de cobertura....	195
■ Cirurgia com utilização de dispositivo interespinhoso (DIAM). Cobertura devida	195
■ Perda auditiva bilateral. Implante de prótese coclear. Cobertura devida.....	196
■ Órtese de remodelação craniana. Plagiocefalia posicional. Cobertura devida..	197
■ Ruptura da prótese fornecida pelo plano de saúde. Não comprovação do vício de qualidade. Ausência de responsabilidade da operadora.....	197
◆ Catarata. Procedimento de facectomia com lente intraocular. Cobertura obrigatória.....	197
▶ Catarata. Procedimento de facectomia. Cobertura de lentes intraoculares de características especiais.....	198
■ Cirurgia de catarata. Lentes intraoculares multifocais. Cobertura devida....	200

❑ Cirurgia de catarata com femtolaser. Negativa de cobertura contratual. Recusa ilegítima	200
◆ Inciso revogado pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001	200
▶ Segmentação odontológica. Cobertura Opcional	201
▶ Tratamentos ilícitos ou antiéticos	201
▶ Tratamentos não reconhecidos pelas autoridades competentes	201
▶ Ausência de registro x eficácia comprovada.....	201
▶ Definição de Cataclismos	202
▶ Definição de comoções internas.....	202
▶ Greve e comoção interna.....	202
▶ Estado de Exceção	202
▶ Definição de guerra	202
▶ Cataclismos, guerras e comoções internas.....	202
▶ Regulamentação pela ANS	203
▶ Crítica à atribuição da competência regulamentar à ANS	203
❑ Inconstitucionalidade.....	204
▶ Plano de Referência.....	204
▶ Ampliação da cobertura do plano de referência.....	204
❑ Plano de referência. Possibilidade de limitação do atendimento a um único estabelecimento hospitalar	204
▶ Plano na modalidade de autogestão	205
▶ Plano Odontológico.....	205
▶ Regulamentação da amplitude das coberturas. Atribuição da Agência Nacio- nal de Saúde Suplementar (ANS).....	206
◆ Amplitude das coberturas.....	206
◆ Cobertura de transplante.....	206
◆ Regulamentação da cobertura mínima obrigatória nos planos de saúde	208
◆ Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. Rito processual de atualização..	208
◆ Lei nº 14.307, de 3 de março de 2022.....	209
◆ Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Su- plementar	209
◆ Processo de atualização periódica do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.....	209

▶ Tratamentos relativos ao câncer. Possibilidade de uso <i>off label</i> de medicamentos	209
☐ Tratamentos relativos ao câncer. Irrelevância da natureza do Rol de Procedimento da ANS	210
☐ Constitucionalidade questionada perante o STF	210
◆ Lei nº 14.454, de 21 de setembro de 2022	211
◆ Rol de Procedimentos. Exames e tratamentos não previstos no rol. Alteração legislativa	211
☐ <i>Rol de Procedimentos da ANS. STJ. Natureza taxativa</i>	211
▶ <i>Rol de Procedimentos da ANS. Referência básica para os planos de saúde. Natureza taxativa mitigada</i>	213
◆ <i>Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC)</i>	213
☐ Cobertura excepcional de medicamento não previsto no rol da ANS. Impossibilidade do fornecimento de medicamento para tratamento domiciliar	214
☐ Tratamento ou procedimento não recomendado pela CONITEC. Concessão judicial	214
▶ Medicina Baseada em Evidências. Conceito.....	214
◆ CNJ. Criação dos Comitês Estaduais da Saúde pelos Tribunais e Especialização de Varas Judiciais.....	215
◆ CNJ. Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus)	217
☐ Solicitação de parecer ao NatJus em grau recursal. Possibilidade	218
☐ Exames e tratamentos não previstos no rol. Exigibilidade. Constitucionalidade questionada	218

Art. 10-A

▶ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama e tratamento de câncer.....	219
☐ Câncer de mama. Tratamento cirúrgico (ablação da mama). Negativa de cobertura de mamoplastia reparadora. Dano moral configurado	220
◆ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Câncer. Momento e Amplitude	221
☐ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Correção de assimetria após câncer em apenas uma das mamas. Cobertura devida	221
☐ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Substituição do implante mamário...	221

Art. 10-B

◆ Definição e relação dos equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança.....	222
--	-----

- ▣ Fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, sonda vesical de demora e coletor de urina com conector 222

Art. 10-C

- ◆ Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio..... 223
 - ◆ Objetivos da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio..... 223
 - ▶ Suicídio. Problema Social..... 223
- ◆ Cobertura obrigatória em casos de violência autoprovocada e às tentativas de suicídio..... 224
 - ▶ Tentativa de suicídio e/ou violência autoprovocada. Hipótese de emergência..... 224
 - ◆ Suicídio e/ou violência autoprovocada. ANS..... 226
- ◆ Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar..... 228
 - ▶ Processo de atualização periódica do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde..... 228
- ▣ Constitucionalidade questionada perante o STF..... 228

Art. 11

- ▣ Constitucionalidade..... 229
 - ◆ Doença preexistente 229
 - ◆ Doença preexistente. Tentativa conceitual..... 230
 - ▶ Doença preexistente não é óbice à contratação..... 230
 - ◆ Faculdade da operadora em oferecer cobertura total na hipótese de doença preexistente..... 231
 - ◆ Cobertura parcial temporária..... 231
 - ▣ Prazo de cobertura parcial temporária em curso. Ausência de urgência ou emergência. Legítima a negativa de cobertura..... 231
 - ▣ Prazo de cobertura parcial temporária em curso. Atendimento de urgência ou emergência. Cobertura devida..... 232
 - ◆ Agravo..... 232
 - ▶ Agravo e carência..... 232
 - ▶ Cobertura Parcial Temporária e Agravo são temporários..... 232
 - ▶ Doença preexistente e ônus da prova..... 233
 - ◆ Dever de informação do beneficiário 233

▶ Direito do beneficiário a ser orientado quando da contratação.....	233
◆ Declaração de Saúde. Conceito e conteúdo.....	233
◆ Declaração de Saúde. Proteção de dado pessoal sensível. ANS.....	234
◆ Declaração de Saúde. Proteção de dado pessoal sensível. LGPD.....	234
▣ Cláusula de renúncia à orientação médica quando do preenchimento de declaração de doença preexistente. Abusividade.....	235
◆ Submissão à perícia no momento da contratação.....	235
▣ Ausência de exame prévio. Não comprovação de fraude contratual pela omissão de doença preexistente. Cobertura devida.....	235
▣ Avaliação médica realizada quando da contratação. Doença preexistente. Recusa de cobertura legítima.....	236
▶ Mapeamento genético. Discriminação.....	236
▶ Doença preexistente e fraude contratual.....	238
▶ Ônus probatório da fraude contratual.....	238
▣ Boa-fé objetiva. A presença de doença preexistente não configura, por si só, má-fé do usuário. A seguradora pode exigir a submissão do consumidor a exames médicos.....	239

Art. 12

▣ Constitucionalidade.....	240
▶ Planos segmentados.....	240
◆ Proposta de Plano de Saúde Acessível elaborada pelo Ministério da Saúde..	240
◆ Relatório de consolidação das informações e contribuições ao Projeto de Plano de Saúde Acessível.....	241
▶ Plano de Saúde Acessível. Crítica.....	242
◆ Prazos mínimos para liberação do atendimento.....	244
▣ Demora na liberação da cobertura de procedimento médico. Dano moral.....	245
▣ Autorização para internação hospitalar. Demora de poucos dias. Ausência de urgência/emergência. Dano moral não configurado.....	246
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19).....	246
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Internações e cirurgias eletivas.....	246
◆ Regras a serem observadas pelas operadoras nas solicitações de cobertura apresentadas pelos beneficiários.....	247
▣ Cirurgia eletiva. Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Ausência de Emergência ou Urgência. Possibilidade de adiamento da cobertura.....	250

■ Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Pandemia do Coronavírus (Covid-19).....	250
■ Procedimento cirúrgico. Quadro de Emergência ou Urgência. Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Cobertura imediata obrigatória.....	251
■ Transplante. Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Cobertura obrigatória.....	251
■ Negativa de cobertura. Ação Judicial. Legitimidade do Ministério Público.....	251
■ Negativa de cobertura. Ação Judicial. Legitimidade da Defensoria Pública.....	252
■ Negativa de cobertura. Ação Judicial. Legitimidade da Defensoria Pública.....	253
■ Negativa de cobertura ilegítima. Ação Judicial. Petição inicial.....	253
▶ Petição inicial. Requisitos. Probabilidade do direito.....	253
▶ Petição inicial. Assistência à saúde. Presença da probabilidade do direito	254
■ Tutela de urgência. Assistência à saúde. Requisitos demonstrados. Concessão	254
■ Negativa de cobertura pela operadora. Ação judicial proposta pelo usuário. Conciliação. Prioridade.....	256
■ Negativa de cobertura ilegítima. Ação Judicial. Cabimento de multa diária para cumprimento de tutela de urgência.....	257
■ Obrigação de pagar. Incidência de multa diária. Não cabimento	258
■ Pretensão de cobertura de atendimento médico. Natureza personalíssima. Falecimento. Intransmissibilidade da obrigação. Extinção do processo judicial.....	258
■ Honorários advocatícios sucumbenciais.....	259
■ Irrepetibilidade de valores dispendidos para fornecimento de cobertura contratual em razão de decisão judicial	260
◆ Dano moral. Delimitação conceitual.....	260
■ Negativa de cobertura. Existência de cláusula contratual. Ausência de configuração de dano moral	261
■ Negativa de cobertura. Dúvida razoável na interpretação de cláusula contratual. Não configuração de dano moral.....	262
■ Negativa de cobertura de parto-cesariana durante o período de carência. Dúvida razoável quanto ao caráter urgente do procedimento. Dano moral não configurado	263
■ Solicitação de cobertura. Exigência de esclarecimentos médicos. Ausência de ato ilícito.....	263
■ Negativa de cobertura. Procedimento, medicamento ou material necessário para assegurar o tratamento de doenças previstas no contrato. Configuração de dano moral.....	263

❑ Negativa de cobertura. Atendimento de urgência. Configuração de dano moral.....	264
❑ Desídia da operadora de plano de saúde em autorizar procedimento cirúrgico. Configuração de dano moral.....	265
❑ Recusa de cobertura de material essencial à realização de cirurgia. Dano moral configurado.....	265
❑ Negativa de cobertura. Tratamento domiciliar (<i>home care</i>). Configuração de dano moral.....	266
❑ Negativa de cobertura. Dano moral. Necessidade de comprovação.....	266
❑ Negativa de cobertura. Dano moral. Necessidade de agravamento da vulnerabilidade do paciente.....	267
❑ Cobrança da mensalidade em valor superior ao contratado. Configuração de dano moral.....	268
❑ Negativa de reembolso do valor pago para transferência de hospital com UTI Móvel. Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor. Dano moral.....	268
❑ Negativa de cobertura. Órgão de Defesa do Consumidor. Multa administrativa.....	269
❑ Pretensão de nulidade e/ou revisão de cláusula contratual. Ressarcimento de valores pagos. Prescrição.....	270
❑ Pretensão de nulidade de cláusula contratual que disciplina reajuste em razão da mudança de faixa etária. Repetição do indébito. Prescrição.....	271
❑ Pretensão de nulidade de cláusula contratual que disciplina reajuste em razão da mudança de faixa etária. Repetição do indébito. Prescrição, Recurso Repetitivo.....	272
❑ Negativa de cobertura. Custeio pelo segurado. Ressarcimento. Prescrição decenal.....	273
❑ Inadimplemento do contrato de plano de saúde. Indenização por danos materiais e morais. Prazo prescricional.....	275
❑ Negativa de cobertura. Nulidade de cláusula contratual. Custeio pelo segurado. Ressarcimento. Prescrição trienal.....	275
❑ Negativa de cobertura. Autor menor. Competência. Juízo Cível.....	275
◆ Plano ambulatorial.....	276
◆ Consulta com Nutricionista.....	278
◆ Sessão com Fonoaudiólogo, com Psicólogo, com Terapeuta Ocupacional e Psicoterapia.....	278
❑ Transtorno de aprendizagem. Tratamento Fonoaudiológico. Cobertura devida.....	279
❑ Limitação da quantidade de sessões de fonoaudiologia. Abusividade.....	279

■ Criança portadora de autismo. Limitação do número de sessões de terapia multidisciplinar. Ilegalidade.....	280
■ Transtorno de ansiedade. Tratamento de Psicoterapia. Sessões excedentes ao mínimo. Coparticipação.....	280
■ Interrupção de tratamento de terapia. Esgotamento do número de sessões anuais. Abusividade.....	280
▶ Quimioterapia via oral (art. 12, incisos I, c, e II, g).....	281
⊙ Radioterapia. Paciente em tratamento de câncer. Cobertura obrigatória ...	282
■ Exame PET CT. Usuário portador de câncer. Cobertura devida.....	282
◆ Plano hospitalar.....	284
■ Despesas com acompanhante. Paciente idoso. Cobertura pelo plano de saúde.....	286
▶ Vedação à limitação de prazo de internação.....	287
▶ Internação psiquiátrica e coparticipação.....	287
▶ Ilegitimidade da coparticipação em internação psiquiátrica.....	287
■ Legitimidade da coparticipação em internação psiquiátrica.....	288
■ Legitimidade ou não da coparticipação em internação psiquiátrica. Recurso Repetitivo.....	288
■ Internação psiquiátrica. Exigência de cláusula expressa sobre a coparticipação. Dever de informação.....	289
■ Internação psiquiátrica. Inércia da operadora em indicar prestador credenciado. Coparticipação. Impossibilidade. Reembolso integral.....	290
■ Internação não relacionada à saúde mental. Vedação à coparticipação em percentual.....	291
■ Internação <i>home care</i> . Ilegalidade da cobrança de percentual de coparticipação.....	291
◆ Cobertura de transplante.....	291
◆ Transplantes listados no Anexo da RN nº 465/2021.....	292
■ Cobertura de transplante. Negativa. Abusividade. Cobertura da Doença.....	293
■ Transplantes previstos no rol de procedimentos da ANS. Não taxatividade.....	294
■ Transplante. Obrigatoriedade de cobertura das despesas com o doador vivo.....	295
■ Doença progressiva de ceratocone. Procedimento de implante de anel intra-estromal e Método Crosslinking. Procedimento alternativo ao transplante de córnea.....	295

☐ Serviços gerais de enfermagem. Instrumentação cirúrgica	296
☐ Cirurgia buco-maxilo-facial. Deformidade dento-facial. Cirurgia com função reparadora e funcional. Cobertura devida	297
◆ Cobertura de remoção de beneficiários vinculados a plano hospitalar.....	298
◆ Plano hospitalar com obstetrícia.....	299
☐ Plano Hospitalar com Obstetrícia. Tratamento de fetoscopia. Cobertura devida	300
☐ Plano Hospitalar. Cobertura das consultas e exames do pré-natal. Negativa de cobertura do Parto-Cesariano. Legítima expectativa e dever de informação. Cobertura devida	300
☐ Recém-nascido. Internação por período superior a trinta dias. Cobertura devida	301
☐ Recém-nascido. Direito a inscrição como dependente. Direito a continuidade do tratamento após os trinta dias do parto	301
☐ Plano Hospitalar sem Obstetrícia. Parto de urgência. Cobertura devida.....	302
▶ ANS e inscrição de filhos naturais e adotivos.....	303
◆ Plano odontológico.....	303
☐ Cirurgia buco-maxilo-facial. Procedimento realizado fora do ambiente ambulatorial. Segmentação hospitalar	304
▶ Definição de Carência	305
▶ Plano de eficácia do contrato	305
▶ Carência. Justificativa.....	305
☐ Carência. Legitimidade de sua previsão contratual.....	305
◆ Vedação à estipulação de carência.....	305
▶ Recontagem de carências	306
▶ Carência e atraso no pagamento da mensalidade.....	306
▶ Migração de plano de saúde e portabilidade de carência.....	307
▶ Ampliação do cabimento da portabilidade de carências.....	307
◆ Requisitos para a portabilidade de carências.....	307
▶ Período para solicitar a portabilidade. Revogação do prazo para exercer a troca ("janela")	309
▶ Compatibilidade entre o plano de origem e o plano de destino.....	309
▶ <i>Downgrade</i> de plano de saúde. Possibilidade	309
◆ Extinção do vínculo do beneficiário com a operadora.....	310
◆ Portabilidade especial de carências	311

◆ Portabilidade extraordinária de carências.....	311
▣ Portabilidade extraordinária de carências. Cabível a incidência de reajuste...	311
▣ Portabilidade. Competência. Juizado Especial.....	312
▶ Atendimentos de urgência e de emergência e o período de carência.....	312
◆ Resolução nº 13/98. Carência. Urgência e Emergência.....	314
▶ Resolução nº 13/98 e ofensa à Lei nº 9.656/98.....	314
▣ Caso de urgência ou emergência. Imposição de prazo de carência superior a 24 horas da contratação e de limitação da internação por 12 horas. Abusividade.....	314
▣ Cobertura, para os casos de urgência e de emergência, no segmento ambulatorial, limitada a doze horas. Necessidade de se observar a abrangência da segmentação contratada.....	317
▣ Plano ambulatorial. Atendimento de urgência/emergência. Observância da abrangência da segmentação contratada.....	318
▣ Carência. Atendimento de emergência. Impossibilidade de recusa de cobertura.....	318
▣ Negativa de atendimento de urgência ou emergência. Indevida imposição de carência. Dano moral configurado.....	319
▣ Atendimento em hospital/por profissional não credenciado. Reembolso. Urgência ou Emergência.....	320
▣ Atendimento em hospital/por profissional não credenciado. Urgência ou Emergência. Valor do Reembolso.....	320
▣ Atendimento em hospital não credenciado. Urgência ou Emergência. Negativa indevida de cobertura. Reembolso limitado aos valores da tabela do plano.....	321
▣ Atendimento prestado em hospital não credenciado. Ausência de situação de urgência/emergência. Reembolso devido, limitado ao valor contratado.....	322
▣ Reembolso. Direito à informação. Tabela de preços da operadora.....	322
▣ Plano de saúde com opção de livre escolha pelo usuário. Reembolso. Previsão contratual.....	322
▣ Atendimento prestado em hospital/por profissional não credenciado. Ausência de situação excepcional. Ausência do direito ao reembolso das despesas médico-hospitalares.....	322
▣ Atendimento em hospital/por profissional não credenciado. Inexistência de profissionais credenciados. Reembolso integral.....	323
◆ Reembolso. Indisponibilidade ou Inexistência de Prestador. Integralidade.....	325
▣ Reembolso assistido ou auxiliado. Nulidade. Ausência de direito a reembolso.....	326

☐ Reembolso de despesas médico-hospitalares realizadas fora da rede credenciada	326
▶ Inscrição de filho recém-nascido	326
◆ ANS e inscrição de filhos naturais e adotivos	327
▶ Regulamentação dos contratos firmados entre 2 de setembro de 1998 e 1º de janeiro de 1999	328
◆ Medicamentos de cobertura obrigatória para tratamento domiciliar	329
▶ Tratamentos antineoplásicos	329
☐ Câncer. Medicamento de uso domiciliar. Antineoplásico oral. Cobertura devida	330
◆ Tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral	330
☐ Tratamento antineoplásico domiciliar de uso oral. Cobertura obrigatória	331

Art. 13

▶ Renovação automática do plano de saúde	332
▶ Garantia de renovação automática. Fundamento	332
▶ Renovação automática e rescisão unilateral	332
◆ Solicitação de cancelamento do contrato do plano de saúde individual ou familiar e de exclusão de beneficiário de contrato coletivo empresarial ou por adesão	332
☐ Morte do beneficiário	334
☐ Rescisão unilateral do plano de saúde por iniciativa do usuário. Necessidade de expressa e inequívoca comunicação à operadora	335
☐ Rescisão unilateral. Plano de saúde coletivo. Beneficiária em período gestacional. Impossibilidade	336
▶ Ausência de renovação automática nos planos de saúde coletivos	336
☐ Rescisão unilateral. Plano de saúde coletivo. Beneficiário em tratamento médico	337
☐ Plano de saúde coletivo. Rescisão unilateral. Beneficiário submetido a tratamento médico. Recurso Repetitivo	337
☐ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo em razão da alta sinistralidade e da idade avançada dos beneficiários. Vedação	337
☐ Rescisão unilateral de plano de saúde. Usuário em tratamento médico. Impossibilidade	338
☐ Inatividade da pessoa jurídica contratante. Rescisão unilateral do plano de saúde pela operadora. Cabimento	338

▶ Recontagem de carências.....	339
▶ Regime de contratação e possibilidade de rescisão unilateral.....	339
▶ Rescisão unilateral por fraude	340
☐ Rescisão contratual por fraude. Ausência de má-fé do beneficiário	341
☐ Rescisão contratual por fraude. Ausência de má-fé da beneficiária. Responsabilidade da operadora do plano em analisar os documentos.....	341
▶ Rescisão unilateral por inadimplemento.....	341
◆ Notificação para purgação da mora. Requisitos	342
◆ Notificação por inadimplência. Obrigatoriedade.....	343
◆ Notificação por inadimplência. Meios de notificação	344
◆ Notificação por inadimplência. Encargos moratórios. Purgação da mora.....	345
◆ Notificação por inadimplência. Internação do beneficiário. Vedação	345
☐ Rescisão unilateral por inadimplência. Ausência de notificação prévia. Dano moral configurado	345
☐ Rescisão unilateral por inadimplência. Não atendimento dos requisitos legais. Dano moral configurado	346
☐ Rescisão unilateral por inadimplência. Ausência de notificação pessoal.....	347
☐ Rescisão unilateral por inadimplência. Simples indicação da inadimplência no boleto da mensalidade. Necessidade de notificação expressa	348
☐ Rescisão unilateral e desnecessidade de processo judicial.....	348
☐ Rescisão por inadimplemento. Validade da notificação pela via postal. Recebimento de mensalidade após notificação. Impossibilidade de rescisão do contrato	348
☐ Suspensão de atendimento em caso de atraso no pagamento de uma única parcela. Abusividade.....	349
☐ Mensalidades em atraso. Termo inicial dos juros de mora.....	349
☐ Pagamento das mensalidades com atraso, sem oposição da operadora. <i>Supressio</i> . Indevido cancelamento unilateral do plano de saúde.....	349
☐ Inadimplemento do usuário. Pagamento das mensalidades posteriores, sem oposição da operadora. Boa-fé objetiva. Indevido cancelamento unilateral do plano de saúde	350
▶ Inadimplemento do beneficiário em plano de saúde coletivo patrocinado	351
▶ Rescisão unilateral e internação hospitalar.....	351
☐ Rescisão unilateral. Tratamento médico de urgência ou emergência. Impossibilidade	353
▶ Rescisão unilateral e Plano Coletivo com vínculo empregatício.....	353

▶ Rescisão unilateral e Plano de Saúde coletivo por adesão ou empresarial.....	353
◆ Observação	354
☐ Rescisão unilateral de plano coletivo empresarial ou por adesão. Requisitos.....	354
☐ Rescisão unilateral de plano coletivo. Dever da operadora de notificar cada beneficiário	355
◆ Rescisão unilateral de plano coletivo empresarial ou por adesão.....	355
☐ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Não comercialização de plano individual. Ausência do dever de oferta de plano individual.....	357
☐ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Responsabilidade solidária entre administradora e operadora para a disponibilização de plano individual ou familiar.....	357
☐ Rescisão unilateral de plano coletivo. Dever de disponibilização de plano individual ou familiar. Ausência de obrigação de manutenção dos valores	358
☐ Rescisão de contrato de plano de saúde coletivo pela estipulante. Ausência de direito à manutenção do valor das mensalidades	359
☐ Rescisão unilateral de plano coletivo. Ausência de comercialização de plano individual ou familiar. Direito à portabilidade de carências	359
☐ Rescisão unilateral de plano coletivo. Direito à portabilidade de carências. Garantia de finalização do tratamento médico em curso	360
◆ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo empresarial por empresário individual. Hipóteses e requisitos.....	361
☐ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Tratamento médico em curso. Impossibilidade	362
☐ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Beneficiário em tratamento médico. Manutenção da cobertura. Recurso Repetitivo	363
☐ Rescisão unilateral. Plano de Saúde coletivo. Menos de trinta beneficiários. Impossibilidade	364
☐ Plano de saúde coletivo empresarial com menos de 30 beneficiários. Rescisão Unilateral. Motivação idônea. Recurso Repetitivo	366
☐ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Impossibilidade de rescisão unilateral do contrato de plano de saúde	366

Art. 14

◆ Vedação à recusa de contratação por discriminação do consumidor.....	367
▶ A vedação da recusa de contratar não significa universalidade de acesso.....	368
▶ Plano de Saúde e Idoso. <i>Ver art. 15, infra.</i>	368

◆ Plano de Saúde e Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	368
◆ Extensão da cobertura do plano de saúde para pessoa com Transtorno do Espectro Autista	368
▣ Criança diagnosticada com transtorno do espectro autista. Cobertura do tratamento pelo método de Análise Aplicada do Comportamento (ABA)...	371
▣ Transtorno do espectro autista. Tratamento multidisciplinar. Musicoterapia. Cobertura obrigatória.....	371
▣ Transtorno do espectro autista. Tratamento multidisciplinar. Serviço inexistente na rede credenciada. Reembolso integral	372
◆ Transtorno do Espectro Autista. Sessão com Fonoaudiólogo, com Psicólogo, com Terapeuta Ocupacional e Psicoterapia. Impossibilidade de limitação do número de sessões.....	373
▣ Terapias multidisciplinares. Cobertura determinada em decisão judicial. Requisitos a serem observados pelo magistrado.....	374
▣ Terapias multidisciplinares. Transtorno do Espectro Autista.....	374
▶ Acompanhante terapêutico em ambiente escolar. Criança com Transtorno do Espectro Autista. Tratamento multidisciplinar. Cobertura devida	375
◆ Plano de Saúde e Pessoa com Deficiência.....	376
▣ Inconstitucionalidade de Lei Estadual que disciplina a cobertura obrigatória do plano de saúde para as pessoas com deficiência. “Direito constitucional.....	377
▶ Condições de admissão de usuários.....	377

Art. 15

▣ Constitucionalidade.....	378
▶ Reajuste. Finalidade de sua Incidência.....	378
▶ Hipóteses de Reajustes	378
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Suspensão dos reajustes dos planos de saúde	378
▶ Reajuste por variação dos custos assistenciais e revisão técnica	379
▣ Reajuste em razão da mudança de faixa etária do usuário. Fundamento	379
▶ Reajuste por faixa etária e planos antigos	380
▶ Reajuste por faixa etária e planos novos.....	380
◆ Reajuste por faixa etária e Resolução nº 6/1998	380
▶ Reajuste por faixa etária e Estatuto do Idoso	380

▶ Significado do art. 15, § 3º, do Estatuto do Idoso e possibilidade de reajuste	380
◆ Reajuste por faixa etária. Resolução Normativa nº 63/03.....	381
◆ Reajuste por faixa etária. Resolução Normativa nº 563/2022.....	381
▶ Reajuste por faixa etária. Concluindo	381
▶ Reajuste por faixa etária. Consequência da Resolução Normativa nº 563/2022.....	382
■ Tese firmada pelo STJ sobre o reajuste por faixa etária. Planos Individuais ou Familiare.....	382
■ Tese firmada pelo STJ sobre o reajuste por faixa etária. Planos Coletivos...	382
■ Parâmetros de controle da abusividade dos reajustes por faixa etária	382
■ Reajuste por faixa etária e marcos regulatórios.....	383
▶ Crítica à tese firmada pelo STJ sobre o reajuste por faixa etária nos planos individuais e familiares.....	384
■ Reajuste por faixa etária. Idoso. Contratação firmada na penúltima faixa etária. Ausência de abusividade no percentual.....	385
◆ Reajuste por faixa etária. Projeto de Lei.....	385

Art. 16

▶ Dever de clareza e contrato de plano de saúde	386
▶ Dever de clareza. Fundamento.....	386
◆ ANS e cláusulas contratuais obrigatórias	387
▶ Condições de admissão como usuário de plano de saúde.....	387
▶ Modalidades de admissão ao plano de saúde	387
▶ Filhos como dependentes em plano de saúde.....	387
◆ ANS e inscrição de filho do titular como dependente	388
▶ Amplitude da inscrição de filho do titular como dependente.....	388
▶ Inscrição de filho socioafetivo como dependente	388
▶ Filho. Dependente. Reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva	389
■ Cobertura de lesões congênitas de filhos dos usuários do plano de saúde.....	389
■ Negativa de cobertura ao filho recém-nascido. Configuração de dano moral.....	390
■ Filho dependente no plano de saúde. Idade limite. Possibilidade.....	390
▶ Cônjuge ou companheiro como dependentes em plano de saúde.....	390

❑ Inclusão de cônjuge servidor público como dependente do titular servidor público. Possibilidade.....	391
▶ Dissolução do casamento ou da união estável do titular do plano de saúde. Garantia de desmembramento da relação contratual ao ex-consorte	392
❑ Cônjuge dependente. Divórcio. Assunção da titularidade do contrato coletivo pelo dependente idoso	393
❑ Inscrição dos netos menores, sob a guarda dos avós, como dependentes. Possibilidade	394
❑ Inscrição de menor, sob a guarda dos tios, como dependente. Possibilidade	395
❑ Guarda de menor. Inclusão como dependente natural. Possibilidade	395
❑ Inscrição como dependente. Menor sob guarda judicial. Cabimento Equiparação à condição de filho.....	396
◆ Admissão como dependente. Grupo Familiar. Planos coletivos.....	396
▶ Hipervulnerabilidade dos usuários de plano de saúde	396
▶ Hipervulnerabilidade dos idosos usuários de plano de saúde.....	397
❑ Contribuição para o custeio da saúde dos servidores públicos estaduais. Contribuição compulsória. Inconstitucionalidade.....	397
❑ Recusa de contratação pela operadora. Consumidor com o nome negativado. Abusividade. Serviço essencial.....	398
▶ Início de vigência do plano de saúde	398
▶ Início de vigência e prazos de carência.....	399
❑ Demora na entrega da carteira. Cobertura fornecida. Ausência de dano moral	399
▶ <i>Sobre os prazos de carência</i>	400
▶ <i>Reajuste das parcelas em razão da mudança da faixa etária do usuário</i>	300
▶ Rescisão unilateral. Plano de saúde individual ou familiar	400
▶ Rescisão unilateral. Plano de saúde coletivo.....	400
▶ Coberturas mínimas. Planos segmentados.....	400
◆ Regulamentação dos regimes de contratação	400
▶ Plano de saúde individual ou familiar.....	400
❑ Dissolução do casamento/união estável. Exclusão do ex-cônjuge/companheiro como dependente no plano de saúde. Fornecimento de plano individual.....	401
▶ Plano individual e doença preexistente.....	401
▶ Boicote aos contratos individuais pelas operadoras	401

■ Oferecimento de plano individual no mercado, Inexistência de obrigatoriedade	402
▶ Plano de saúde coletivo empresarial.....	403
◆ Plano coletivo empresarial. Vínculo	403
▶ Plano coletivo empresarial. Pagamento, Carência e Doenças Preexistentes	403
■ Plano de saúde coletivo empresarial. Competência para processar e julgar ação proposta pelo beneficiário. Justiça Comum ou Justiça do Trabalho.....	403
◆ Plano de saúde coletivo empresarial contratado por empresário individual.....	405
▶ Plano de saúde coletivo por adesão.....	407
▶ Plano coletivo por adesão. Dependentes e Vedação à Carência	407
▶ Plano coletivo por adesão. Pagamento	407
▶ Semelhanças entre os planos coletivos empresarial e por adesão. Rescisão do contrato.....	407
▶ Semelhanças entre os planos coletivos empresarial e por adesão. Reajuste.....	407
▶ Contrato “falso coletivo”	408
▶ Contratos “falsos coletivos”. Hipóteses de ocorrência	408
■ Contratos “falsos coletivos”. Incidência da regulamentação dos contratos individuais ou familiares.....	409
■ Plano coletivo. Pretensão de cobrança contra a empresa que contratou o plano de saúde. Prazo Prescricional.....	410
■ Plano de saúde coletivo. Número mínimo de beneficiários. Legalidade da previsão contratual.....	411
■ Plano de saúde coletivo. Vigência do contrato sem observar o número mínimo de beneficiários. Impossibilidade de rescisão contratual. Vedação de comportamento contraditório.....	411
■ Plano de saúde coletivo. Cláusula de cobrança mínima. Necessidade de preservação do equilíbrio entre o montante das mensalidades e a obrigação assumida pela operadora.....	412
■ Plano de saúde coletivo. Inatividade da pessoa jurídica contratante. Rescisão contratual	413
▶ Franquia. Conceito.....	413
▶ Recuperação de despesa assistencial. Conceito.....	413
▶ Coparticipação. Conceito	414
◆ Mecanismos Financeiros de Regulação.....	414
■ Mecanismos Financeiros de Regulação	414

◆ Mecanismos Financeiros de Regulação. Revogação.....	415
▣ Perda superveniente do objeto da ADPF nº 532/DF.....	415
◆ Internação psiquiátrica e coparticipação.....	415
▣ Coparticipação. Legitimidade de sua previsão contratual.....	415
▣ Coparticipação. Cálculo do seu percentual para cobertura de procedimento extra rol.....	417
▶ Agravo. Cabimento.....	418
▶ <i>Sobre doenças ou lesões preexistentes</i>	418
◆ Área geográfica de abrangência.....	418
◆ Conceito. Área geográfica de abrangência.....	418
◆ Conceito. Área de Atuação do Produto.....	418
◆ Conceito. Município de Demanda.....	418
◆ Conceito. Região de Saúde.....	418
▶ Cláusula de área geográfica de abrangência do plano de saúde. Licidade.....	419
▣ Rede interligada. Área geográfica de abrangência. Teoria da Aparência.	419
◆ Indisponibilidade de Prestador Integrante da Rede Assistencial no Município...	420
◆ Inexistência de Prestador no Município.....	421
◆ Indisponibilidade ou Inexistência de Prestador Integrante da Rede Assistencial no Município.....	421
◆ Negativa de cobertura na hipótese de indisponibilidade ou inexistência de Prestador. Reembolso.....	422
▣ Inexistência de prestador. Transporte do paciente. Negativa da operadora. Reembolso integral dos valores gastos pelo usuário.....	423
▣ Tratamento fora de domicílio. Descaracterização. Alteração do domicílio por prazo indeterminado.....	423
▶ Reajuste e Dever de Informação.....	423
◆ Regulamentação dos critérios de reajuste e revisão.....	424
▶ Reajuste em razão do aumento dos custos operacionais.....	425
▶ Custos operacionais. Definição e abrangência.....	425
◆ Reajuste. Planos individuais e familiares regulados pela Lei nº 9.656/98....	425
◆ Metodologia para o reajuste dos planos individuais e familiares.....	425
◆ Reajuste. Planos individuais e familiares anteriores à Lei nº 9.656/98.....	426
◆ Reajuste. Planos Coletivos.....	426

▶ Crítica à dispensa de prévia autorização da ANS para o reajuste das mensalidades dos planos coletivos.....	426
▣ Reajuste das mensalidades dos planos coletivos. Aplicação do índice de reajuste dos planos individuais e familiares aos planos coletivos. Impossibilidade	427
▣ Reajuste das mensalidades. Plano Falso Coletivo. Incidência dos índices da ANS para os planos individuais.....	428
◆ Agrupamento de contratos para fins de cálculo e aplicação de reajuste....	428
▣ Reajuste das mensalidades. Plano de saúde coletivo com menos de trinta beneficiários. Não adoção do índice de reajuste dos contratos individuais. Dever de agrupamento de contratos.....	430
▶ Plano com ou sem patrocinador.....	430
◆ Reajuste. Planos Odontológicos.....	431
▣ Contrato de plano de saúde internacional. Não incidência dos reajustes anuais autorizados pela ANS	431
▶ Reajuste em razão da mudança de faixa etária do usuário.....	432
▶ Reajuste em razão de revisão técnica	432
▶ Revisão técnica. Alteração unilateral. Ofensa ao CDC.....	432
◆ Revisão Técnica. Revogação da Resolução Normativa nº 19/2002.....	433
▶ Reajuste em razão do aumento da sinistralidade.....	433
◆ Sinistralidade. Conceito.....	433
◆ Sinistralidade. Problemática	433
▶ Posicionamento desfavorável ao reajuste em razão do aumento da sinistralidade	434
◆ Planos de Saúde Coletivos. Reajuste por sinistralidade. Transferência do risco do negócio e desequilíbrio contratual.....	435
▶ Reajuste em razão do aumento da sinistralidade e contrato coletivo com menos de trinta beneficiários. Agrupamento de contratos.....	436
▶ Posicionamento favorável ao reajuste em razão do aumento da sinistralidade	437
◆ Reajuste em razão do aumento da sinistralidade. Planos de Saúde Coletivos	438
▣ Reajuste por sinistralidade e aumento do índice VCMH. Necessidade de comprovação.....	439
▣ ANS não é parte legítima em demanda em que se discuta suposto abuso em reajuste de plano de saúde.....	440

■ Reajuste de plano de saúde coletivo. Alegação de abusividade. Necessidade de prova pericial.....	440
■ Percentual de reajuste abusivo. Órgão de Defesa do Consumidor. Multa administrativa.....	440
◆ Registro da operadora e do produto	441
◆ Operar sem registro na ANS. Infração	441
▶ Dever de Informação. Entrega de cópia do contrato.....	442
■ Ausência de entrega de cópia do contrato. Violação do dever de informação. Cobertura devida	442
◆ Manual de Orientação para Contratação de Planos de Saúde e Guia de Leitura Contratual.....	442

Art. 17

▶ Qualidade da rede de prestadores de serviços médicos	443
▶ Prestadores de Serviços de Saúde e Modalidades de contratação	444
▶ Modalidades de contratação e influência da operadora sobre os profissionais	444
■ Responsabilidade da operadora pela qualidade do atendimento prestado em hospitais e por médicos a ela credenciados	445
■ Responsabilidade solidária entre a operadora do plano de saúde e os profissionais e/ou hospitais credenciados.....	446
▶ Dever de manutenção da rede de prestadores de serviços	447
▶ Possibilidade de substituição da rede de prestadores de serviços.....	448
▶ Substituição do prestador de serviço. Requisitos.....	448
▶ Substituição de prestadores de serviços não hospitalares. Requisitos	448
■ Comunicação prévia aos usuários sobre a substituição do prestador de serviço.....	449
■ Comunicação prévia à ANS sobre a substituição do prestador de serviço	450
◆ Substituição do prestador de serviço	450
▶ Manutenção da qualidade da rede de prestadores de serviço. Contratos antigos e novos	451
▶ Ausência de comunicação prévia sobre a substituição do prestador de serviço. Responsabilidade.....	451
■ Ausência de comunicação prévia sobre a substituição do prestador de serviço. Configuração de dano moral.....	452

■ Alterações na rede assistencial hospitalar, Substituição da entidade hospitalar ou redimensionamento de rede por redução.....	452
■ Substituição de entidade hospitalar pela operadora.....	453
■ Redimensionamento da rede hospitalar por redução.....	454
■ Comunicação individualizada sobre as alterações na rede assistencial hospitalar.....	455
■ Entidade hospitalar descredenciada. Direito à portabilidade.....	456
■ Descredenciamento do estabelecimento hospitalar. Continuação do tratamento na rede interligada. Teoria da Aparência.....	456
■ Descredenciamento. Iniciativa da clínica médica. Necessidade de comunicação prévia ao beneficiário do plano de saúde.....	457
■ Descredenciamento de clínica médica no curso do tratamento. Não oferecimento de continuidade do tratamento em clínica equivalente. Prática abusiva configurada.....	457
■ Descredenciamento de clínica médica no curso do tratamento. Ausência de notificação e de substituição por outra clínica equivalente. Custeio integral pela operadora.....	459
■ Decretação de falência da rede conveniada. Dever da operadora de disponibilização da cobertura por outros profissionais e/ou estabelecimentos.....	460
▶ Custeio de procedimentos prestados fora da rede credenciada.....	460
▶ Profissional e/ou estabelecimento não integrante à rede credenciada. Legitimidade do limite do valor do reembolso.....	460
■ Reembolso de despesas médico-hospitalares realizadas fora da rede credenciada. Obrigatoriedade apenas para hipóteses excepcionais.....	461
■ Crítica ao entendimento de ser obrigatório o reembolso das despesas médico-hospitalares fora da rede credenciada apenas em hipóteses excepcionais.....	462
▶ Limitação do valor do reembolso. Existência de profissional credenciado apto ao atendimento.....	463
■ Ausência de prestador de serviços de saúde na rede credenciada. Omissão da operadora. Reembolso integral.....	464
■ Negativa de cobertura ilegítima. Beneficiário que custeia o procedimento médico de emergência/urgência. Reembolso integral, a título de indenização por danos materiais.....	465
■ Hospital credenciado. Internação. Dever de cobertura dos honorários médicos quando ausente informação prévia sobre a limitação do credenciamento.....	466

- Descrédenciamento requerido pelo prestador de serviço. Operadora impõe, como condição, o credenciamento de novo prestador equivalente. Impossibilidade 466

Art. 17-A

- ◆ Condições de prestação de serviços..... 468
- ◆ Práticas e condutas vedadas na contratação entre operadoras e prestadores de serviços..... 468
- Responsabilidade solidária entre operadora e hospital/médico conveniado ou credenciado 468
 - ▶ Responsabilidade civil do médico. Responsabilidade subjetiva..... 469
 - ▶ Responsabilidade civil dos hospitais. Responsabilidade objetiva..... 469
 - Responsabilidade civil dos hospitais quanto à atuação dos médicos contratados. Natureza Subjetiva..... 470
 - Responsabilidade por erro médico. Ausência de vínculo do médico com o hospital e com o plano de saúde. Responsabilidade subjetiva exclusiva do médico 470
 - ▶ Profissional médico. Livre escolha. Reembolso pela operadora. Erro médico. Ausência de responsabilidade da operadora 471
 - ▶ Telemedicina. Definição e Modalidades..... 472
 - ◆ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina. Ministério da Saúde.... 472
 - ◆ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina 473
 - ▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina ou Telessaúde. Planos de Saúde..... 474
 - ▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina. Pontos favoráveis à sua adoção 475
- Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Usuário acometido da doença. Atendimento de emergência. Carência de 24 horas..... 476
 - ▶ Telemedicina. Regulamentação 476
 - ▶ Telemedicina. Telessaúde. Legislação 477

Art. 18

- ▶ Imposição de exclusividade aos médicos. Infração da Ordem Econômica..... 479
- Cooperativa de médicos. Cláusula de Exclusividade. Ilegalidade 479
 - Cooperativa de trabalho médico. Limitação de ingresso. Princípio das portas abertas..... 481

- Cooperativa de trabalho médico. Princípio da porta aberta não é absoluto..... 481
- Imposição à entidade hospitalar de se credenciar à operadora. Impossibilidade. Autonomia privada..... 482

Art. 19

- ◆ Autorização de funcionamento e Registro 484
- ▶ Registro provisório..... 484
- Constitucionalidade..... 484
- Exercício de atividade de operadora de plano de saúde sem a autorização de funcionamento. Satisfação dos requisitos legais à época da atuação..... 484
- ◆ Programa de Acreditação de Operadoras de Planos de Saúde 485

Art. 20

- ◆ Fiscalização. Visita Técnica..... 486
- ◆ Fiscalização. Visita Técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial..... 488
- ◆ Envio de informações do Sistema de Informações de Produtos (SIP)..... 488

Art. 21

- ▶ Vedação às operações financeiras com membros diretivos das operadoras de plano de saúde..... 489
- Definição de operação financeira. Não vedação à realização de negócio jurídico de natureza civil..... 489

Art. 22

- ◆ Plano de Contas Padrão da ANS 490
- Não submissão das contas a auditores independentes. Multa..... 490
- Parecer emitido pelos auditores independentes não goza de presunção *juris et de jure*..... 491
- ◆ Governança Corporativa. Operadoras de Planos de Saúde 491
- ◆ Plano de Contas 492

Art. 23

- ◆ Falência (Lei nº 11.101/05). Operadora de Plano de Saúde. Não submissão. 493
- ▶ Procedimento falimentar de operadora de plano de saúde. Excepcionalidade..... 493

▶ Crimes falimentares	493
-----------------------------	-----

Art. 24

▶ Crítica à opção legal para repressão da gestão irregular das operadoras. Necessidade de Criminalização	494
◆ Alienação de carteira.....	495
▣ Alienação de carteira. Dever da alienante e da adquirente de manter a cobertura securitária originariamente contratada pelo consumidor. Boa-fé objetiva	495
◆ Regime de direção fiscal	496
◆ Regime de direção técnica	497
◆ Liquidação extrajudicial	497
◆ Liquidação extrajudicial. Presença de beneficiários ativos	498

Art. 24-A

◆ Administrador. Conceito.....	500
◆ Pessoas vedadas a ocupar o cargo de administrador.....	500
◆ Indisponibilidade de bens dos administradores	501
▶ Responsabilidade solidária dos administradores	502
▣ Indisponibilidade de bens dos administradores. Exigência de efetiva participação em atos de direção	502
▣ Indisponibilidade de bens. Exclusão dos bens alienados anteriormente à decretação do regime fiscal.....	503
▣ Indisponibilidade de bens até apuração e liquidação final das responsabilidades.....	503
▣ Regime de direção fiscal. Indisponibilidade de bens. Poder geral de cautela. Ampliação do período mínimo legal para apuração da responsabilidade solidária dos administradores.....	503
▣ Regime de direção fiscal. Indisponibilidade de bens. Perpetuação da medida constritiva. Ilegalidade	504
▣ Indisponibilidade de bens. Conselheiro de Administração e Ex-Conselheiro Fiscal	505

Art. 24-B

◆ Diretor Fiscal.....	505
◆ Diretor Técnico.....	507

Art. 24-C

- ◆ Créditos decorrentes da prestação de serviços de plano de saúde. Crédito com privilégio especial na falência..... 509

Art. 24-D

- ◆ Lei de Falência..... 510

Art. 25

- ◆ Fiscalização do setor privado de assistência à saúde. ANS..... 511
- ◆ Sanções. Resolução Normativa nº 489, de 29 de março de 2022..... 511
- ◆ Penalidades para as infrações aos contratos e à legislação dos planos de saúde..... 512
- ◆ Infrações à legislação da saúde suplementar. Tipificação..... 513
- ☐ Cumulação de penalidades. Infrações diversas..... 513
- ◆ Processo administrativo para apuração e punição das infrações..... 513
- ◆ Reparação voluntária e eficaz..... 514
- ☐ Penalidade de multa. Reajuste em desacordo com previsão da ANS. Reparação voluntária. Não configuração..... 514
- ☐ Penalidade de multa. Rescisão unilateral do contrato. Ilegalidade. Incidência da penalidade..... 515
- ☐ Reparação voluntária e eficaz. Configuração..... 516
- ☐ Procedimento administrativo. Operadora de plano de saúde. Negativa de cobertura indevida. Comprovação. Multa adequada..... 516
- ☐ Auto de infração. Ilegítima negativa de cobertura de cirurgia bariátrica..... 517
- ☐ Auto de infração. Redução da rede credenciada sem prévia autorização. Multa pela infringência ao art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98..... 517
- ☐ Infração à lei. Cobrança de multa por atraso no pagamento em percentual superior a 2%. Penalidade de multa pecuniária devida..... 518
- ◆ Processo administrativo eletrônico na ANS..... 518

Art. 26

- ◆ Sobre os bens pessoais dos diretores, administradores, gerentes e membros de conselhos da operadora..... 519

Art. 27

- ◆ Multa. Regulamentação..... 519

- Reparação voluntária e eficaz em tempo hábil. Desconstituição da multa 519
- Possibilidade de anulação da penalidade de multa. Inocorrência..... 519

Art. 28

- ◆ Texto legal revogado 520
- ▶ Absorção das atribuições da SUSEP pela ANS 520

Art. 29**Art. 29-A**

- ◆ Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta 522
- Termo de compromisso de ajuste de conduta. Ausência de direito subjetivo.. 522

Art. 30**Art. 31**

- ▶ Plano de saúde coletivo empresarial. Rescisão do contrato de trabalho e Aposentadoria. Manutenção do contrato de plano de saúde. Condição. Efetiva Contribuição..... 524
 - Contribuição do empregado não precisa englobar todo o período do vínculo contratual 525
- ▶ Coparticipação do empregado. Não configuração de pagamento parcial do plano de saúde 525
- ◆ Extinção do vínculo de beneficiário em caso de demissão, exoneração ou aposentadoria. Portabilidade de Carência 527
- Plano de saúde coletivo empresarial. Término do prazo de manutenção do contrato em favor do ex-empregado. Prorrogação do prazo enquanto perdurar o atendimento médico em andamento 527
- Plano de saúde coletivo empresarial. Término do prazo de manutenção do contrato em favor do ex-empregado..... 528
- Plano de saúde coletivo empresarial. Manutenção do ex-empregado no plano de saúde além do prazo legal. Confiança. Exclusão indevida pelo ex-empregador..... 528
- Plano de saúde coletivo empresarial. Permanência do ex-empregado no plano de saúde além do prazo legal. *Supressio*. Direito de manutenção 529
- Beneficiário aposentado. Ausência de contribuição. Manutenção do usuário por opção do empregador. Exclusão posterior. Vedação comportamento contraditório..... 530

☐ Empregado aposentado. Manutenção do vínculo com as mesmas condições de cobertura assistencial. Assunção do pagamento integral	531
☐ Empregado demitido. Aposentadoria posterior. Direito a se manter como beneficiário do plano de saúde empresarial	531
▶ Beneficiários aposentados ou ex-empregados. Condições de cobertura e custeio. Controvérsia.....	531
◆ ANS. Condições de cobertura e custeio aos beneficiários aposentados ou ex-empregados	532
☐ Valores diferenciados para beneficiários ativos e inativos. Impossibilidade.....	533
☐ Divisão de categorias entre beneficiários ativos e inativos. Possibilidade.....	535
☐ Direito adquirido ao modelo de custeio. Inocorrência.....	536
☐ Plano de saúde coletivo empresarial. Inativos. Necessidade de paridade com os preços e condições de reajuste praticados para os empregados ativos	537
☐ Beneficiários aposentados ou ex-empregados. Condições de cobertura e custeio. Recurso Repetitivo	538
☐ Ação de obrigação de fazer. Manutenção da qualidade de beneficiário ao ex-empregado. Legitimidade passiva	538
☐ Ação de obrigação de fazer. Manutenção da qualidade de beneficiário ao ex-empregado. Ilegitimidade passiva da estipulante.....	539
☐ Cancelamento do contrato pelo empregador. Manutenção do ex-empregado no mesmo plano de saúde. Impossibilidade	539
☐ Cancelamento do contrato pelo empregador. Migração para plano individual. Cabimento	540
☐ Falência do empregador. Inadimplência. Rescisão do contrato coletivo. Migração. Mensalidades de acordo com o mercado	541
☐ Plano de saúde coletivo. Rescisão de contrato de parceria rural. Ausência de vínculo empregatício, inexistindo direito ao benefício do art. 30.....	541
▶ Morte do titular. Manutenção do contrato de plano de saúde ao grupo familiar	542
☐ Morte do(a) titular do plano de saúde coletivo. Dependente idoso(a). Sucessão da titularidade	542
☐ Morte do titular. Manutenção do contrato de plano de saúde aos agregados	543
▶ Morte do titular. Período de remissão	543
☐ Plano de saúde coletivo. Morte do titular. Término do período de remissão. Impossibilidade de exclusão da dependente	545

- Morte do titular. Imposição do pagamento do débito de coparticipação como condição para a manutenção do contrato pelos dependentes. Abusividade 546

Art. 32

- Constitucionalidade..... 547
- ◆ Ressarcimento ao SUS. Resolução Normativa nº 502/2022..... 549
- ◆ Ressarcimento ao SUS. Súmula Normativa nº 9, de 10/11/2005..... 549
- Ressarcimento ao SUS. Plano Coparticipativo. Indiferença..... 549
- ◆ Ressarcimento ao SUS. Tabela. Resolução Normativa nº 239/2010 550
- Ressarcimento ao SUS. Regularidade da Tabela TUNEP e IVR..... 550
- Ressarcimento ao SUS. Urgência ou Emergência. Limitações Contratuais. Ressarcimento devido 551
- Ressarcimento ao SUS. Serviço prestado em cumprimento de decisão judicial, indiferença..... 552
- Ressarcimento ao SUS. Prazo Prescricional 553
- Ressarcimento ao SUS. Prazo Prescricional. Termo Inicial..... 554
- Ressarcimento ao SUS. Execução Fiscal..... 555
- Ressarcimento ao SUS. Prova Pericial 556

Art. 33

- Indisponibilidade de leito hospitalar. Atendimento custeado pelo paciente. Direito ao reembolso..... 556
- Indisponibilidade de leito hospitalar. Não disponibilização de leito de padrão superior. Dano moral..... 557
- ◆ Indisponibilidade de leito hospitalar. Não disponibilização de leito de padrão superior..... 557
- Beneficiário que assume o pagamento de leito em nível superior. Ausência do direito ao reembolso 557
- Beneficiário que assume o pagamento de leito em nível superior. Honorários médicos complementares. Ausência do direito ao reembolso 558

Art. 34

- ▶ Operadora de plano de saúde. Pessoa jurídica independente..... 559

Art. 35

- ▶ Planos antigos e Planos novos..... 560

▶ Planos adaptados	561
▶ Vedação à inclusão de novos dependentes em planos não adaptados.....	562
▶ Programa de Incentivo à Adaptação de Contratos.....	562
☐ Adaptação. Escolha do beneficiário. Não incidência da Lei nº 9.656/98 aos contratos não adaptados.....	562

Art. 35-A**Art. 35-B**

◆ Regimento Interno do Conselho de Saúde Suplementar (CONSU)	565
◆ Compartilhamento de gestão de riscos	565
◆ Compartilhamento de gestão de riscos. Manutenção das responsabilidades individuais.....	566
◆ Definição do capital regulatório das operadoras	566

Art. 35-C

▶ Prazo de carência. Atendimento de emergência ou de urgência	567
▶ Resolução nº 13/98. Carência. Urgência e Emergência.....	567
◆ Emergência e urgência. Conceitos	567
◆ Princípio do direito de preservação da vida, órgão ou função.....	567
☐ Atendimento de urgência. Demora injustificada da operadora em autorizar o procedimento médico. Dano moral configurado	568
☐ Situação de emergência. Demora injustificada no fornecimento do atendimento. Dano moral configurado.....	569
▶ Inseminação artificial. Exclusão de cobertura	569
◆ Planejamento Familiar. Definição.....	569
◆ Planejamento familiar. Técnicas de reprodução assistida	570
▶ Cobertura obrigatória do planejamento familiar x Exclusão de cobertura da inseminação artificial. Coexistência.....	571
▶ Crítica à tese firmada no Tema nº 1067 do Superior Tribunal de Justiça.....	574
☐ Cobertura obrigatória do planejamento familiar x Exclusão de cobertura da inseminação artificial. Critério Cronológico. Prevalência do planejamento familiar	574
▶ Inseminação artificial.....	575

- ◆ Laqueadura e Vasectomia. Dispensa de consentimento do cônjuge..... 575
- ◆ Cirurgia de Esterilização Feminina..... 576
 - ▣ Cirurgia de esterilização feminina no momento do parto. Gravidez de alto risco. Cobertura devida..... 576
- ◆ Cirurgia de Esterilização Masculina..... 577

Art. 35-D

- ▶ Sobre a aplicação da penalidade de multa..... 578

Art. 35-E

- ▣ Inconstitucionalidade..... 579
- ▶ Processos administrativos e autos de infração fundados no art. 35-E..... 579
- ▶ Reajuste das mensalidades em razão da mudança de faixa etária em contratos antigos..... 580
- ▣ Plano de saúde antigo e reajuste por faixa etária. Impossibilidade de aplicação de regramento superveniente. Análise do caso concreto..... 582
- ▣ Repercussão Geral. Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado antes da sua vigência. Tema 381..... 583
- ▣ Reajuste por mudança de faixa etária. Plano de saúde antigo. Não incidência do Estatuto do Idoso..... 583

Art. 35-F

- ▶ Cláusula geral de interpretação dos contratos de planos de saúde..... 584
- ◆ Programa de Certificação de Boas Práticas em Atenção à Saúde de Operadoras de Planos de Saúde..... 585

Art. 35-G

- ▶ Plano de saúde. Relação de consumo..... 585
 - ▶ Garantia do direito à saúde no CDC..... 586
 - ▶ Direito à saúde no CDC..... 586
- ▶ Plano de saúde. Diálogo das Fontes..... 586
 - ▶ Diálogo Sistemático de Coerência..... 586
 - ▶ Diálogo de complementariedade e subsidiariedade..... 587
 - ▶ Diálogo de coordenação e adaptação sistemática..... 588
- ▶ Aplicação subsidiária do CDC aos planos de saúde?..... 588
- ◆ Alteração da redação do art. 1º, *caput*, da Lei nº 9.656/98..... 589
- ▣ Aplicabilidade do CDC aos planos de saúde..... 589

- ▣ Planos de saúde de Autogestão. Inaplicabilidade do CDC..... 589
- ▶ Planos de saúde de Autogestão. Interpretação das cláusulas contratuais à luz da boa-fé objetiva..... 589

Art. 35-H

- ▶ Absorção das atribuições da SUSEP pela ANS..... 590

Art. 35-I

- ▶ Responsabilidade subsidiária dos diretores, administradores, gerentes e conselheiros. Débito não tributário. Ausência de responsabilidade 591

Art. 35-J

- ◆ Dever de sigilo do diretor técnico, do diretor fiscal e do liquidante..... 592
- ◆ Ato de Improbidade Administrativa. Violação de dever de sigilo..... 592

Art. 35-L

- ◆ Provisões técnicas..... 592
- ◆ Ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar..... 593

Art. 35-M

- ▶ Resseguro. Revogação da Lei nº 9.932/1999..... 595
- ◆ Resseguro. Definição legal..... 595
 - ▶ A operação de resseguro não se confunde com a cessão do Direito Civil..... 595
- ▶ Resseguro. Definição doutrinária 595
 - ▶ Atipicidade do contrato de resseguro 596
- ▶ Resseguro na Saúde Suplementar..... 596
- ◆ Operações de compartilhamento da gestão de riscos 597
 - ◆ Espécies de operações de compartilhamento da gestão de riscos..... 598
- ◆ Programa Especial de Escala Adequada (PEA)..... 598

Art. 36

- ▶ Publicação da Lei nº 9.656/98 e Medidas Provisórias..... 598

REFERÊNCIAS..... 601

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 607